

**EXECUÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 13.868 - DF  
(2018/0233783-6)**

**RELATOR** : **MINISTRO PRESIDENTE DA TERCEIRA SEÇÃO**  
**EXEQUENTE** : ROBERTO ANTONIO PAGANO  
**ADVOGADO** : MARCELO PIRES TORREÃO E OUTRO(S) - DF019848  
**EXECUTADO** : UNIÃO

**DECISÃO**

Observa-se que a UNIÃO, em preliminar da impugnação oposta, suscitou que o exequente ROBERTO ANTONIO PAGANO falecera na data de 16/12/2013 (fl. 513).

O ofício de fls. 535-537, oriundo do Comando da Aeronáutica, inclusive, alude ao fato de que "no período compreendido entre abril de 2014 e outubro de 2018, a prestação mensal referente a anistia foi paga à Sra. SIRLEIA AUGUSTA DA SILVA, viúva do anistiado, que veio a falecer no final de 2018".

Esse documento ainda afirma que "não consta nos sistemas dessa Força Armada informação de habilitação de sucessor apto ao recebimento da referida prestação", bem como que "não é possível identificar sequer a notícia do falecimento da sucessora do autor, a Sra. SIRLEIA AUGUSTA DA SILVA".

De seu turno, a parte exequente, ao se manifestar sobre a impugnação oposta, requereu a concessão de prazo para a promoção de habilitação dos herdeiros.

Diante do exposto, **defiro** o pedido para que a parte exequente promova a habilitação dos sucessores do *de cujus*, devendo esclarecer se, de fato, a viúva deste também faleceu, como informou a UNIÃO. Fixo, porém, o prazo improrrogável de 10 (dez) dias.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 30 de março de 2020.

**MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
Presidente da Seção